

GT 1 - Teoria política marxista

Capitalismo dependente e suas formas particulares de Estado à luz da teoria marxista da dependência

Leomar Rippel¹

Resumo

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise sobre as formas particulares de Estado no capitalismo dependente, para tanto, primeiramente, será realizado uma análise em torno das especificidades do desenvolvimento desigual e combinado dos países dependentes, ou seja, a particular forma de desenvolvimento do capitalismo nesses países a luz da Teoria Marxista da Dependência. A partir disso, será demonstrado que essa forma específica de desenvolvimento, transferindo enorme quantidade de valor para o centro do capitalismo, resulta em um estado subsoberano e explicita seus aspectos autoritários com as classes trabalhadora para a manutenção da dependência.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Estado dependente, Teoria Marxista da dependência.

1. Desenvolvimento desigual e combinado a luz da teoria marxista da dependência

Não será possível abordar nesse texto a relação dialética entre as relações de produção e reprodução do capital e as formas de Estado que daí resultam, não obstante, é importante destacar, que apesar das relações sociais capitalistas se universalizarem, elas se universalizam se particularizando com cada formação histórica e social. Desse modo, existem especificidades diferentes de capitalismo, formas de ser específicas de capitalismo, onde as relações de produção capitalista se diferenciam de uma realidade para outra, ou seja, as formas de domínios em torno da propriedade privada, mercantilização da força de trabalho, expropriação, Estado,

¹ Doutor em História pela Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2020). Professor de Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política e Sociologia Geral e do Direito, no Centro de Ensino Superior de Francisco Beltrão – CESUL, onde também é coordenador do Núcleo de Relações Internacionais. Contato: leomarrappel@hotmail.com.

jurídicas, entre outras, existem em distintos lugares do planeta. Todavia, as formas concretas de dominação, de expropriação, mercantilização da força de trabalho, de Estado e jurídicas por exemplo, se articulam em suas particularidades.

Sendo assim, de forma geral, pode-se considerar que o capitalismo mundial se estrutura numa relação desigual, mas combinada entre países centrais e países dependentes, muitas vezes chamados de periférico. Mas afinal, o que isso significa? Significa, dentre outros aspectos, que o funcionamento das formações econômicas dependentes se desenvolve de forma desigual, mas combinada com os centros dinâmicos do capitalismo mundial, transferindo uma enorme quantidade de valor para o centro do capitalismo mundial dada a sua dependência.

A forma particular que ocorreu o processo de desenvolvimento econômico nos países dependentes, transferindo valor para os capitais do centro do capitalismo, resultou em uma lei tendencial praticamente inexorável que é a superexploração do trabalho, onde as burguesias dos países periféricos e dependentes, não realizam apenas uma exploração do trabalho, mas uma superexploração do trabalho, tendo em visto que precisam dividir seus lucros transferindo valor para as elites do capitalismo central. Isso resulta que nos países dependentes, cerca de 80% da população vivem com renda abaixo dos níveis mínimos de subsistência², isso resulta num consumo interno extremamente deprimido, nessa perspectiva Ruy Mauro Marini afirma que a

produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo. Há uma separação entre a produção e a circulação das mercadorias. Aqui aparece de maneira específica a contradição inerente à produção capitalista, acaba com o trabalhador vendedor e comprador. Em consequência a tendência do sistema será de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando se possa suprir mediante a incorporação

² A situação é tão grave, que mesmo os jornalões da burguesia brasileira não conseguem esconder a trágica realidade, em um artigo publicado em 06/05/2020, a partir dos dados do IBGE, Daniela Amorim, trouxe à tona as seguintes informações “Metade dos brasileiros sobrevive com apenas R\$ 438 mensais, ou seja, quase 105 milhões de pessoas têm menos de R\$ 15 por dia para satisfazer todas as suas necessidades básicas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/06/metade-dos-brasileiros-sobrevive-com-menos-de-r-15-por-dia-aponta-ibge.htm#:~:text=Metade%20dos%20brasileiros%20sobrevive%20com%20apenas%20R%24%20438%20mensais%2C%20ou,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/06/metade-dos-brasileiros-sobrevive-com-menos-de-r-15-por-dia-aponta-ibge.htm#:~:text=Metade%20dos%20brasileiros%20sobrevive%20com%20apenas%20R%24%20438%20mensais%2C%20ou,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em 11 maio de 2021.

de novos braços ao processo produtivo. Acentua até os limites as contradições dessas relações de trabalho (1985, p. 45).

De acordo com Jaime Osorio no capitalismo dependente, foi formado uma modalidade de capitalismo, no qual o consumo da “população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente” (2013, p.65). Se tratando, portanto, de uma forma particular de capitalismo, onde os “trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo” (2013, p.65). O argumento acima, pode ser visto na tabela abaixo onde demonstra que o salário mínimo nominal é bem abaixo do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2021		
Abril	R\$ 1.100,00	R\$ 5.330,69
Março	R\$ 1.100,00	R\$ 5.315,74
Fevereiro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.375,05
2020		
Abril	R\$ 1.045,00	R\$ 4.673,06
Março	R\$ 1.045,00	R\$ 4.483,20
Fevereiro	R\$ 1.045,00	R\$ 4.366,51
2009		
Abril	R\$ 465,00	R\$ 1.972,64
Março	R\$ 465,00	R\$ 2.005,57
Fevereiro	R\$ 465,00	R\$ 2.075,55
1996		
Abril	R\$ 100,00	R\$ 775,26
Março	R\$ 100,00	R\$ 764,17
Fevereiro	R\$ 100,00	R\$ 781,85

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos Salário mínimo nominal e necessário. Disponível: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 05 de maio, 2021.

De acordo com tabela³ cima, percebe-se, que sempre o salário mínimo nominal esteve sempre muito abaixo do mínimo necessário para suprir o mínimo de

³ Na tabela acima, está demonstrado apenas os meses de fevereiro, março e abril dos anos de 1996, 2009, 2020 e 2021, contudo no site do DIEESE, pode ser buscado os dados a partir de julho de 1994,

subsistência para a classe trabalhadora, nos meses de fevereiro, março e abril de 1996 por exemplo, o salário mínimo nominal foi em média 7,7 vezes abaixo do mínimo necessário⁴. Apesar de que a partir de 1996 até o ano de 2009, houve uma redução da distância do mínimo necessário para o salário mínimo nominal, mesmo assim, nos meses de fevereiro, março e abril de 2009, o salário mínimo nominal foi em média a média foi de 4,37 vezes abaixo do mínimo necessário. Pode-se perceber que em 2021, houve um aumento da distância entre o mínimo necessário e salário mínimo nominal, sendo que a média nos meses de fevereiro, março e abril, o salário mínimo nominal foi em média a média foi de 4,85 vezes abaixo do mínimo necessário.

Uma das formas de transferências de riqueza para os países centrais do capitalismo é a atuação das empresas multinacionais e transnacionais que se instalam nos países dependentes e/ou se associam ao capital nativo, como é o caso brasileiro, explorando a força de trabalho num grau tão elevado, fazendo que aqui impere uma lei (irrevogável nessa relação de dependência) que é a superexploração da força de trabalho, isso quer dizer que o valor pago para os trabalhadores estão abaixo da capacidade de subsistência do trabalhador. Dessa forma, elas exploraram muito mais os trabalhadores dependentes comparando aos trabalhadores no centro do sistema capitalista mundial⁵. Poderíamos mencionar, por exemplo, as montadoras automobilísticas, onde elas vêm produzir ou montar os carros e pagam um salário infinitamente menor ao trabalhador brasileiro comprado aos trabalhadores onde está a matriz dessas empresas.

De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depilação permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumulável), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depilação de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos

porém, a partir do ano de 1995 constam os doze meses de cada ano até o mês atual de 2021. O mais importante, é demonstrar que ao longo desses 27 anos, o salário mínimo nominal esteve sempre muito abaixo do salário mínimo de subsistência, ou seja, do salário necessário a reprodução da força de trabalho.

⁴ Sendo que, no mês de fevereiro foi 7,81, março 7,64 e abril 7,75 vezes menos que o mínimo necessário,

⁵ Com isso, não queremos dizer que não há formas de transferências de valores entre países centrais, nem expropriação da força de trabalho em relação aos trabalhadores no centro do capitalismo mundial.

permanentes de sobre apropriação e sobre expropriação capitalista (FERNANDES, 1975, p. 45).

As burguesias dominantes dos países periféricos associadas e subalternas as burguesias dos países centrais, não fazem esforços no desenvolvimento científico e tecnológico interno, porém essas tecnologias ou o desenvolvimento científico são monopolizados pelas burguesias dos países centrais. Onde nesses países, houve uma mudança no decorrer da consolidação das relações de produção e reprodução do capital no que se refere ao eixo de acumulação, passando da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa e um padrão de consumo maior para as classes trabalhadoras. Já no capitalismo dependente, devido a dependência dos países centrais, necessita o rebaixamento dos salários e da intensificação do trabalho por meio do aumento da jornada, rebaixando assim, como mencionado anteriormente os salários abaixo dos níveis de subsistência, colocando em risco a sobrevivência do próprio trabalhador. Isto resulta, em inúmeros problemas sociais, como a falta de oportunidades de emprego digno, analfabetismo, subnutrição, repressão policial, violência, um sistema penal autoritário e uma democracia restringida.

Nessa relação de dependência desigual, mas combinada, nas relações comerciais internacionais, os preços dos produtos primários ou semitransformados em alguns momentos se mantêm estáveis, mas na maioria das vezes, seus preços estão em queda, em contrapartida, os preços dos produtos industrializados e de tecnologia de ponta geralmente se mantêm relativamente elevados. Evidentemente ocorrem algumas atipias em casos esporádicos, onde os preços das matérias primas se elevam, mas isso depende de uma conjuntura de crescimento externo a nossas economias.

Para dados ilustrativos, iremos pegar como exemplo os elevados níveis de crescimento econômico chinês até 2013, nesse cenário atípico, fez com que os preços dos produtos primários e das commodities mantiveram-se em níveis elevados comparado aos produtos industrializados. No entanto, quando a China reduz o ritmo de crescimento devido à crise internacional, fez com que os preços das nossas commodities despencassem, reduzindo assim, a entrada de divisas e a capacidade de compra dos produtos externos. Existe uma troca desigual em todos os níveis da

produção, como nível do comércio, controle das finanças pelas instituições financeiras internacionais, como FMI, BIRD etc. Dessa forma, todas as instituições funcionam estruturalmente transferindo riqueza para fora.

2. O Estado no capitalismo dependente e seu aspecto autoritário

Como mencionado anteriormente, as particularidades do desenvolvimento capitalista, emana também particularidades de formas de estado, nesse sentido, ao considerarmos categoria analítica o Estado dependente, estamos, por conseguinte, considerando que os diversos aspectos que exprimem a realidade dos países dependentes, apesar de suas particularidades, há muitas semelhanças quando consideramos o desenvolvimento histórico desses países. Nesse sentido, não estamos refundando “as particularidades de cada país e sua construção própria de uma trajetória específica que diz respeito a sua conjuntura histórica e política e ao modo como se desenvolveram as relações sociais em cada realidade” (CARRARO, 2021, p. 26). Ou seja,

Cada país latino-americano é específico, e a história de cada um demonstramos as suas peculiaridades. Não obstante, isso não elimina a presença de traços comuns que afetam aspectos decisivos das suas estruturas sociais. São elas que nos permitem assinalar a presença de uma dinâmica histórica de caráter mais ou menos geral (FEIJÓ, 1997, p. 15).

Nessa perspectiva, há aspectos cruciais em suas relações sociais que resulta, por conseguinte, características similares em todos os países dependentes, permitido assim, “o que permite afirmar que alguns determinantes históricos são reproduzidos de forma equivalente em todo o continente” (CARRARO, 2010, p. 27). Desse modo, a dependência pode ser considerada o elemento fundamental no qual se sustenta “a economia latino-americana e, a partir dessa consideração, impõe-se a necessidade de localizar e analisar a dinâmica do Estado latino-americano de modo geral, isto é, atentando para os traços comuns” (CARRARO, 2010, p. 27).

O Estado nos países de capitalismo dependente, implica um adensamento das relações de poder e dominação, assim como da constituição de uma comunidade num espaço particular do sistema capitalista mundial. Por isso, ele é caracterizado “pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas” (OSORIO, 2014, p. 206). Sendo assim, a forma desigual, mas combinada de exercício da “soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*” (OSORIO, 2014, p. 206 grifo do autor).

Nesse mesmo sentido, ao se referir aos estados capitalistas dependentes e/ou periféricos, Florestan Fernandes (1975) diz que é nos países da América Latina que se encontra a versão mais acabada da forma de Estado capitalista periférico no capitalismo monopólico e de seu padrão de imperialismo.

Ou seja, que deparamos como o que já chamei de *revolução burguesa em atraso* e seu subproduto essencial, uma ditadura de classes aberta em um Estado *autocrático-burguês* (o qual não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário). Se em outros continentes o Estado capitalista da periferia também é contrarrevolucionário ou está na autodefensiva, apenas na América Latina ocorre tal congelamento da história em processo (FERNANDES, 1975, p. 82-83).

Ao falarmos em capitalismo dependente, estamos falando de uma economia se produz e se reproduz de uma forma específica, maneira pela qual o Estado necessita responder a essa especificidade. O que estamos afirmando, é que o Estado nos países dependentes contribui a reproduzir essas condições específicas, possibilitando a subordinação na esfera política. Dito de maneira diferente, o Estado nos países dependentes, através de todo seu aparato atua de maneira consequente para favorecer os processos de intercâmbio desigual em relação as perdas de valor das economias periféricas latino-americanas em relação a apropriação desses valores que atinge as economias do capitalismo central.

Nesse sentido, nos países da América Latina o “Estado atuou nas distintas fases de desenvolvimento capitalista, na manutenção e ampliação da condição de dependência, à medida que sempre expressou os interesses das classes dominantes que residiam aqui, inseridas na lógica das relações com os interesses externos” (PAIVA; CARRARO; SEK, 2018, p. 12). Para Jaime Osorio, para além “das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista” (OSORIO, 2014, p. 205). Por isso, o primeiro processo, prossegue o autor, “se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores” (OSORIO, 2014, p. 205).

O aspecto subsoberano do Estado no capitalismo dependente, necessita a subordinação de forma associada não apenas do capital, mas também das classes dominantes locais “frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvidos e imperialista, situação que não deve ser interpretada com um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos” (OSORIO, 2014, p. 206). Por suas especificidades, para manter a ordem social de séculos de dependência, na divisão internacional do trabalho, onde se constitui e se desenvolve conflitos distributivos intensos, o Estado nos países capitalistas dependentes, não pode ser, se não autoritário e repressivo, visto que precisa conduzir e se inserir de forma subordinada e subsoberana no aspecto econômico e político respectivamente.

Conclusão

Tentamos ao longo desse capítulo, fazer uma análise acerca do Estado, no intuito de demonstrar que a compreensão sobre ele, não se resume em si mesmo, mas que é o resultado das relações de produção e reprodução social da vida. Para tanto, advertimos ao longo do texto, a necessidade de compreender a relação dialética entre as relações sociais de produção e Estado. Nesse sentido, a forma como

se organiza as relações materiais de produção capitalista no capitalismo, fundamentadas sobre a alienação da força de trabalho, produção social da riqueza e apropriação individual da mesma riqueza. Essa é a forma, assim como se constitui o Estado nas relações de produção e reprodução do capital, por isso mesmo, este Estado aparece de forma reificado, fetichizado, uma vez que ele é fundado na alienação da força de trabalho, ele é marcado pela separação entre público e privado, entre o político e econômico ou entre sociedade civil e sociedade política.

Para tanto, indispensável, que a análise em torno do Estado, deve levar em conta o nexos dialético de ruptura-integração dos processos políticos e econômicos das relações e reproduções capitalista. O Estado capitalista deriva e, ao mesmo tempo é, reproduzidor desta ruptura-integração das esferas política e econômica. Por isso, acredita-se não impossibilidade de uma análise do Estado capitalista apenas nas relações de produção materiais, ou nas relações de exploração, mas também, na forma com que as diversas frações das classes dominantes se relacionam entre si na organização e legitimação de tais relações de produção.

Também analisamos as especificidades do capitalismo dependente brasileiro e forma de Estado que resulta dessa mesma forma, visto que em capitalismo dependente, estamos falando de uma economia se produz e se reproduz de uma forma específica, maneira pela qual o Estado necessita responder a essa especificidade. O que estamos afirmando, é que o Estado nos países dependentes contribui a reproduzir essas condições específicas, permitindo a subordinação na esfera política. Dito de maneira distinta, o Estado nos países dependentes, através de todo seu aparato atua de maneira consequente para beneficiar os processos de intercâmbio desigual em relação as perdas de valor das economias periféricas latino-americanas em relação a apropriação desses valores que atinge as economias do capitalismo central. Por suas especificidades, para manter a ordem social de séculos de dependência, na divisão internacional do trabalho, onde se funda e se desenvolve conflitos distributivos intensos, o Estado nos países capitalistas dependentes, não pode ser, se não autoritário e repressivo, visto que precisa conduzir e se inserir de forma subordinada e subsoberana no aspecto econômico e político respectivamente.

Referências bibliográficas

CARRARO, Dilceane. **A Política de Assistência Social no Brasil e no Chile: o binômio da focalização x universalização**. Florianópolis, 2010, 137 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94031/282490.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em 02 de maio. 2021

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos Salário mínimo nominal e necessário. Disponível: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 05 de mai, 2014.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. O estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAUREL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. Siglo XXI: México, 1985.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política (prefácio)**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. **O capital** (livro III - tomo 2). São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MENDONÇA, Sônia Regina de. 1964: o duplo golpe do campo. **Revista Outubro**, n. 10, p. 31-48, 2004. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-10-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Ensaio sobre Economia Brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; SEK, Tereza Cristina Mitsuo. DILCEANE. Estado e capitalismo dependente: notas sobre sua processualidade. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, 2018.